

Finanças locais

Maioria das câmaras não tem como pagar dívidas

► Anuário do Técnicos de Contas indica que 101 autarquias ultrapassaram o limite de endividamento
► Lisboa, Gondomar, Covilhã e Sines são apontadas como encontrando-se em situação de falência

Alexandra Marques

Entre 307 municípios portugueses que foram sujeitos a uma auditoria – não foi analisado o concelho madeirense da Ribeira Brava – 236 não têm liquidez para pagar as dívidas contraídas. E, no final de 2005, 48 câmaras municipais encontravam-se em situação de ruptura financeira. Estas informações constam no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2005, apresentado ontem, em Lisboa, pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

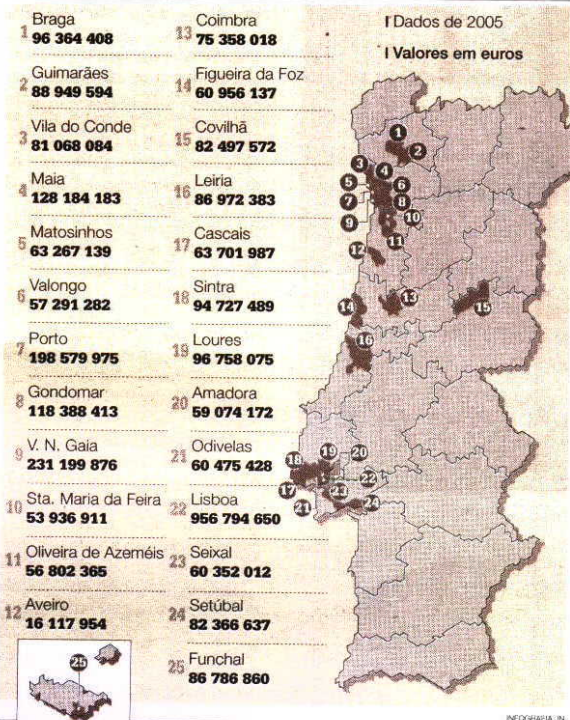
No relatório, as autarquias de Lisboa, Gondomar, Covilhã e Sines são apontadas como estando em situação de falência. Segundo avançou ontem, "o Jornal de Negócios" ao abrigo da Nova Lei das Finanças Locais, seriam tidas por insolventes pelo Governo e obrigadas a cumprir um "plano de emergência" e sujeitar a sua gestão ao crivo do Ministério das Finanças.

O documento revela também que, o número de municípios que não recorriam em 2005 ao crédito bancário praticamente duplicou em relação ao ano anterior. Passaram de 33 para 63 as autarquias que não contraíram empréstimos à banca.

Evidente é a situação de aperto financeiro em que as câmaras estão. Segundo o documento, os credores chegam a esperar 18 meses pelo pagamento das dívidas.

Das 307 autarquias analisadas foram 123 as que se esforçaram e conseguiram amortizar os maiores montantes de dívida contem-se Lisboa, Loures, Oeiras, Seixal que saldaram cinco milhões de

Municípios mais endividados



Há fornecedores dos municípios que esperam 18 meses até serem pagas as dívidas

eros, cada, segundo noticiou o "Diário de Notícias". Mas segundo a Antena Um, Lisboa possuía o maior buraco financeiro", com 72% das dívidas a fornecedores.

Entre os que pediram mais do que amortizaram encontram-se Gondomar, Guimarães, Santa Maria da Feira, Gaia, Odivelas, Amadora e Cascais.

Números do aperto financeiro municipal

178
milhões de euros
deve à Câmara de Gaia à banca. Muito menos do que os 490 milhões de euros devidos pela autarquia lisboeta.

299
dos 307 municípios
analisados têm uma liquidez deficitária na ordem dos 980 milhões de euros.

Segundo a mesma fonte, das grandes autarquias, Gaia, Maia e Gondomar são as que registam a maior taxa de endividamento líquido, de acordo com a Lei das Finanças Locais.

As melhores comportadas

Viseu, Braga, Amarante, Penedono e Vidigueira foram as autarquias que pagaram em menos tempo aos fornecedores. Meira e Penedono não pediram crédito à Banca, mas também não amortizaram verbas em dívida.

De acordo com os autores do estudo, 101 das autarquias terão superado o limite de endividamento correspondente a 125% do total das receitas (dos impostos cobrados e da dotação orçamental respectiva).

Póvoa de Varzim destaca-se por 29% das receitas terem sido fruto da prestação de serviços e venda de bens e Almada por ter a melhor liquidez financeira. ◀

"Câmara de Gondomar paga tudo a 60 dias"

► A Câmara de Gondomar "paga tudo num prazo médio de 60 dias", disse Valentim Loureiro, desmentindo os dados do Anuário. "A base do erro é que não perceberam que a dívida de longo prazo à EDP não é para pagar em 15 dias ou em dois meses. Foi negociada a 20 anos e o pagamento está a ser rigorosamente cumprido", disse. No final de 2005, a Câmara tinha uma dívida total de 118,3 milhões de euros,

dos quais 64,7 milhões à EDP. Dívida, argumenta, que se inclui nas exceções ao endividamento previstas pela Nova Lei das Finanças Locais. Referindo-se aos autores do estudo como "académicos de pacotilha", aprendeu o relatório semestral da Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas do Norte, em que Gondomar está entre as 11 câmaras que pagam aos fornecedores em menos de três meses. ◀

Oliveira de Azeméis está a renegociar as dívidas

► Investimentos considerados imprescindíveis, aproveitando o actual quadro comunitário de participações, quebra de receitas e o surgimento de mais despesas em consequência da atribuição de novas responsabilidades por parte da administração central, são as principais justificações apontadas pela Câmara de Oliveira de Azeméis para a demorada liquidação das suas dívidas a for-

necedores. O vereador do pelouro financeiro assegura que, em 2006, se verificou uma "melhoria" relativamente ao ano anterior no pagamento a pequenos e médios fornecedores. António Rosa garantiu, ainda, que os prazos de liquidação das dívidas de valor mais avultado estão a ser "renegociadas com sucesso". Para o vereador do PS, António Alberto, o problema reside na falta de "um plano estruturado de pagamento". SR